



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

**Parecer nº 017/2023-CPL/PMC**  
**Processo Administrativo nº 039/2023-PMC**  
**Assunto: Dispensa de Licitação.**

O Processo em epígrafe trata de uma solicitação da **Comissão Permanente de Licitação-CPL**, mediante o **Memorando nº 039/2023-CPL/PMC**, cujo objeto é a **Aquisição de Kit reserva de peças semafóricas para manutenção corretiva e preventiva**, de interesse da Secretaria de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo.

A **Comissão Permanente de Licitação-CPL** elaborou o **Termo de Referência** e a **Divisão de Compras** realizou a **pesquisa de preços** no mercado, conforme **Mapa de Apuração:**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

PMC  
Folha nº 62  
Processo nº 039/2023

A: CONTRANSIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
B: BERGAMIN SINALIZAÇÃO E TECNOLOGIA VIÁRIA LTDA  
C: CONSRASIN SINALIZAÇÃO LTDA

CNPJ: 00.390.052/0001-11  
CNPJ: 11.515.733/0001-85  
CNPJ: 04.203.686/0001-79

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	A		B		C		Menor Valor	
				Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
01	Kit reserva de peças semafóricas para manutenção corretiva ou preventiva contemplando: 01 und: Rack semafórico para controlador R03-04 CONTRANSIN; 03 Placas CPU 05 Placa de Potência 01 und: Bolacha à LED 200 MM – Vermelho; 01 und: Bolacha à LED 200 MM – Amarela; 01 und: Bolacha à LED 200 MM – Verde.	KIT	1	15.520,00	15.520,00	17.980,00	17.980,00	17.500,00	17.500,00	15.520,00	15.520,00
				<b>Total</b>	<b>15.520,00</b>	<b>Total</b>	<b>17.980,00</b>	<b>Total</b>	<b>17.500,00</b>	<b>Total</b>	<b>15.520,00</b>



**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

Foram colacionados aos autos os seguintes documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista da empresa **CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**:

- a) Contrato Social;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
- c) Carteira de Habilitação
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Dívida Ativa da Fazenda;
- f) Certidão Negativa de Débito da Fazenda;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT;
- h) Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF;
- i) Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata;
- j) Certidão Negativa de Débitos Municipal.

O valor da despesa ofertado pela empresa **CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** é de **R\$ 15.520,00 (Quinze mil quinhentos e vinte reais)**, sendo assim a licitação pode ser dispensada, permitindo a contratação direta, devido o valor global do serviço a ser prestado, conforme dispõe o **artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993** e o **art. 1º da Medida Provisória nº 961, de 2020**:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.*

De acordo com o art. 1º da Medida Provisória nº 961, de 2020 que Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, foi alterado para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), as dispensas do art. 24, II:

*“Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:*

*I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:*

*a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e*

*b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”*

A **Divisão de Contabilidade** informou que há disponibilidade orçamentária:



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	0211-Secretaria Municipal de Infraestrutura
FONTE DE RECURSO:	00-Ordinário
PROJETO/ATIVIDADE:	26.122.0002.2140- Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.30-Material de Consumo

O Ordenador de Despesas, a **Secretária Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo**, emitiu a **Declaração de Adequação da Despesa**, em obediência ao artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000:

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*(...)*

*II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

Em face dos elementos constantes no Processo Administrativo, sugerimos a contratação direta da empresa **CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, CNPJ nº **00.390.052/0001-11**, mediante **Dispensa de Licitação**, para **Aquisição de Kit reserva de peças semaforicas para manutenção corretiva e preventiva**, de interesse da Secretaria de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo, no valor de **R\$ 15.520,00 (Quinze mil quinhentos e vinte reais)**.

Encaminhamos a **ADJUDICAÇÃO**, em anexo.

Encaminhamos também, em anexo, a **Minuta do Contrato** para **exame e aprovação**, conforme dispõe o artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993:

*“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*

*[...]*

*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”.*

Carolina/MA, 15 de junho de 2023.

  
**AMILTON FERREIRA GUIMARÃES**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação